

Saber Científico e poder instituído como campo de disputas no processo de instalação e gestão da água em Campos dos Goytacazes: o legado da Companhia *The Campos Syndicate Limited*

Saber científico y poder instituido como campo de disputas en el proceso de instalación y gestión del agua en Campos dos Goytacazes: el legado de la Compañía The Campos Syndicate Limited

Scientific knowledge and instituted power as an arena for disputes in the implementation of water management in Campos dos Goytacazes: the legacy of The Campos Syndicate Limited Company

Simonne Teixeira; Teresa de J. Peixoto-Faria

Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, Brasil. simonne@uenf.br; teresapf@uenf.br

Resumo — No Brasil, durante o século XIX, a implantação dos sistemas de abastecimento de água e saneamento foi realizada por empresas privadas. Na cidade do Rio de Janeiro, capital da Província do Rio de Janeiro, atuou a empresa The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited e na cidade de Campos dos Goytacazes, no norte da mesma Província, a The Campos Syndicate Limited. O engenheiro sanitário Saturnino de Brito elaborou projetos urbanísticos que traduziam a preocupação com a salubridade dos ambientes. Brito foi um dos mais vigorosos críticos da privatização dos serviços de água, sobretudo daqueles prestados pela The Campos Syndicate, revelando os conflitos que marcaram a atuação desta Companhia. Com este artigo, analisamos alguns dos debates oriundos da instalação dos primeiros serviços de água em Campos dos Goytacazes, travados entre poder público, especialistas e a população. Ao final, destacamos alguns dos marcos arquitetônicos destinados ao abastecimento e saneamento da cidade, ainda presentes na paisagem urbana.

Resumen — En Brasil, durante el siglo XIX, los sistemas de abastecimiento y saneamiento de agua fueron implantados por empresas privadas. En Rio de Janeiro, la empresa responsable fue la The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited, y en Campos dos Goytacazes la The Campos Syndicate Limited. El ingeniero sanitario Saturnino de Brito elaboró proyectos urbanísticos que tradujeron su preocupación por la sanidad ambiental. Brito fue uno de los más vigorosos críticos de la privatización de los servicios de agua, sobretudo en relación a la The Campos Syndicate, revelando los innumerables conflictos que marcaron la actuación de esta Compañía. En este artículo analizamos algunos de los debates surgidos sobre el proceso de implantación de los primeros servicios de agua entre el poder público, los especialistas y la población. Por último, resaltamos algunos marcos arquitectónicos destinados al abastecimiento y al saneamiento de la ciudad que aún están presentes en el paisaje urbano.

Abstract — In Brazil, in 19th century, systems of water supply and sanitation were installed with foreign private capital. In the city of Rio de Janeiro, this task was given to The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited, and in Campos dos Goytacazes, to The Campos Syndicate Limited. Sanitary engineer Saturnino de Brito, native of Campos dos Goytacazes, elaborated city planning projects that would correspond with the concerns for the salubrity of the environment. He was among the most vocal opponents of privatisation of water services, criticising particularly harshly the Campos Syndicate, and revealing the innumerable conflicts that characterised the activities of the company. In this article we shall briefly analyse some of the debates that the installation of the first water services in the city of Campos dos Goytacazes triggered between the authorities, experts and citizens. We conclude by highlighting some of the key elements of the water supply and sanitation architecture still present in the urban landscape.

Palavras-chave: Saturnino de Brito, Abastecimento e gestão de água potável, The Campos Syndicate Limited, Patrimônio Hidráulico, Campos dos Goytacazes

Palabras clave: Saturnino de Brito, Abastecimiento y gestión de agua potable, The Campos Syndicate Limited, Patrimonio Hidráulico, Campos dos Goytacazes

Keywords: Saturnino de Brito, drinking water supply and management, The Campos Syndicate Limited, hydraulic infrastructure, Campos dos Goytacazes

Información Artículo: Recibido: 15 septiembre 2012

Revisado: 10 febrero 2013

Aceptado: 8 marzo 2013

Códigos JEL: M13, N76, N86, N96, O54, P12, Q25

INTRODUÇÃO¹

Nas principais cidades brasileiras os serviços de abastecimento de água e drenagem de esgotos domiciliares começam a ser instalados na segunda metade do século XIX, momento crucial do estabelecimento dos preceitos fundamentais que orientariam a modernização do Brasil², gerando, na ocasião, intenso debate em torno da questão da saúde e da higiene. A abolição da escravidão e a instauração da República são os marcos históricos deste período, que irão impor um processo de transição importante ao país, onde as estruturas arcaicas e coloniais, de caráter aristocrático e escravista, ainda existentes, começam a dar lugar ao “moderno” e ao “novo”. Neste transcurso em que o “atraso e o tradicional se incompatibilizam com o moderno”³, os principais centros urbanos passam por significativas intervenções.

É importante notar que o processo modernizador –social e econômico– ainda tinha como propulsor o complexo agroexportador que desde os tempos da Colônia era o setor que organizava parte significativa da economia do país. Desse modo, era preciso intervir no ordenamento espacial e melhorar os serviços urbanos consoantes ao modelo capitalista que se impunha. Torna-se fundamental aperfeiçoar a infraestrutura de transporte⁴ e comunicação, incluindo-se os portos, dentre os quais se destacam o do Rio de Janeiro e o de Santos em São Paulo. Para alcançar tais metas, evocou-se projetos urbanísticos modernos, de evidente inspiração positivista, que pudessem atrair o capital estrangeiro.

Por sua vez, o processo de modernização impõe algumas condições que levam a “adoção de novos valores, exigindo outra urbanidade e impondo aos seus integrantes novas atitudes e novos comportamentos”⁵. Estes novos valores dizem respeito, sobretudo às normas de higiene que passaram a ser adotadas. É também neste período, que ocorrem profundas mudanças no âmbito das relações sociais de trabalho. O aparecimento de uma classe social livre e pobre, muda o perfil humano das cidades, que passa a concentrar um expressivo contingente de despossuídos.

A relação entre pobreza e doença já fazia parte dos discursos médicos, frente às inúmeras epidemias que se alastravam, sobretudo no final do século XIX⁶. A saúde, a limpeza corporal e as prá-

ticas sociais eram os pontos de partida para solucionar o problema da insalubridade urbana. As cidades eram consideradas, assim, o lugar da desordem e em espaços propícios à intervenção e ao controle sistemático sobre a população e seus hábitos e tudo que fazia referência à higiene e à saúde pública se convertia em debate e discursos acalorados de médicos e engenheiros sanitários⁷.

A atuação destes profissionais, não se restringia apenas ao debate e aos discursos, nem tão pouco a simples decisões técnicas. As campanhas de controle sanitário e outras medidas de controle higiênico costumavam ser executadas como políticas de saúde pública que repercutiam em importantes intervenções na produção do espaço urbano. Os médicos constituíam o segmento da ciência encarregado do cuidado do corpo, aos quais cabia a divulgação de ensinamentos simples sobre higiene corporal, cuidados com alimentação e com a casa, estabelecendo novas condutas sociais.

O trabalho do médico era indissociável do engenheiro sanitário, segmento da ciência que devia cuidar do bem estar social, que deveria se traduzir através do espaço urbano limpo e moderno e da cidade civilizada.

Os discursos higienistas, ao longo da segunda metade do século XIX, aspiram a “considerar a higiene uma categoria integrada à ciência moderna”⁸. De fato, os estudos sobre higiene não eram prerrogativa dos médicos e somente começaram a adquirir alguma importância por volta de 1890, quando se constituiu a figura do higienista, “médico o ingeniero generalmente, con auténtica preocupación por adoptar medidas que frenasen el avance de las epidemias y las enfermedades originadas por las deficientes condiciones de las viviendas”⁹, e por extensão das cidades.

O engenheiro moderno, na transição do século XIX para o século XX, de acordo com Andrade¹⁰, era um profissional que deveria atuar em diferentes âmbitos, do ponto de vista técnico como projetos de estradas de ferro, portos, pontes, e reformas urbanas; ademais, os novos “adelantos científicos y técnicos, hacían sospechar que no bastaba la acción médica para solucionar los problemas sanitarios”¹¹, levando a um fortalecimento na atuação de um tipo específico de engenheiro: o engenheiro sanitário.

Francisco Saturnino Rodrigues de Brito nasceu em 1864, na cidade de Campos dos Goytacazes e, em 1898, concluiu o curso de engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde absorveu as ideias republicanas e positivistas, em voga no momento. Brito foi responsável por inúmeros projetos em importantes cidades brasileiras, como Santos (estado de São Paulo), Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Vitória (Espírito Santo), Recife (Pernambuco), inclusive Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro). Pela relevância de seus projetos e por sua destacada atuação como higienista, ele se tornou um dos mais importantes engenheiros sanitários do Brasil.

Além disso, as obras técnicas de Brito, ainda visíveis nas cidades mencionadas, foram bem recebidas em prestigiosas Escolas

1 Este trabalho resulta das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Seminário Permanente Água y Territorio/ATMA, e foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPEs, através de bolsas de pós-doutoramento para as pesquisadoras. Agradecemos a atenção e disponibilidade do engenheiro Carlos J. Camargo em revisar o texto em castelhano, e ao Dr. Markku Lehtonen, em traduzir o resumo para o inglês. Desde logo, os equívocos e erros, que possam encontrar-se no texto, são de total responsabilidade das autoras.

2 Herschmann e Pereira, 1994.

3 Cavalcante, 1985, 96.

4 Como já advertiu Harvey, “no contexto da acumulação em geral, o aperfeiçoamento do transporte e da comunicação é visto como inevitável e necessário” (Harvey, 2005, 50).

5 Cavalcante, 1985, 96.

6 Sabe-se que nesse período, principalmente após a abolição da escravidão, o processo migratório, que ocorria, no Brasil, principalmente por meio dos portos do Rio de Janeiro, então capital do país e de Santos, em São Paulo, deflagrou um quadro preocupante de saúde pública (*epidemias de doenças como varíola e febre amarela*) e de crescimento desordenado dos centros urbanos, devido às suas condições precárias de higiene, relacionadas, normalmente, aos pobres e sua moradia, os cortiços (Chalhoub, 1996).

7 Peixoto Faria, 2005.

8 Sant’ana, 2007.

9 Matés Barco, 1999, 259.

10 Andrade, 1994.

11 Matés Barco, 1999, 263.

internacionais, dando ao engenheiro o merecido reconhecimento também no exterior.

A vida profissional de Saturnino de Brito esteve marcada pelos estudos e projetos de saneamento e abastecimento para importantes cidades brasileiras. Sua principal preocupação eram as condições ambientais que favoreciam a ocorrência de surtos epidêmicos, cujos resultados eram nefastos para a economia, para a população e para os valores morais da população¹². Para Damásio¹³, Saturnino de Brito se inseriu perfeitamente ao discurso de sua época, apresentando o problema da urbanização como sinônimo de higiene e embelezamento. Em seus projetos, transparece uma forte crítica aos sistemas de abastecimento de esgotos e à sua privatização, assim como uma pujante preocupação com a qualidade da água e sua estreita relação com a saúde da população¹⁴.

Arquitetos, urbanistas, engenheiros e historiadores se debruçam nos dias de hoje sobre seus trabalhos e obras, reconhecendo nestes um grande legado para as cidades onde atuou.

IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS MODERNOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTOS NA CAPITAL: O ESPELHO

O abastecimento de água e a eliminação de esgotos domésticos, na maioria das vilas e cidades brasileiras, estavam, até a primeira metade do século XIX, a cargo dos indivíduos, não constituindo um problema para a administração pública¹⁵. Este modelo parece contrariar a legislação metropolitana, onde se determinava que a distribuição da água devia estar a cargo da municipalidade¹⁶, prevalecendo o sistema familiar para a obtenção de água e eliminação das imundícies.

A obtenção de água potável e de uso doméstico se dava, muitas vezes, por meio de fontes naturais, córregos, rios ou de poços e cisternas que recolhiam as águas das chuvas. Nas cidades beneficiadas por um sistema de captação –aquedutos ou canalização– como Rio de Janeiro¹⁷, Vila Rica e Mariana¹⁸, as águas eram obtidas nas bicas ou chafarizes públicos que muitas vezes estavam distantes, em bairros mais periféricos. Para o serviço da coleta para o transporte e armazenamento da água havia uma variedade espetacular de utensílios, fabricados em diversos materiais, como potes, talhas, jarras, barris, filtros, moringas, cuias, garrafas. Havia igualmente um imenso comércio de água, que estava a cargo dos “aguadeiros”, índios ou escravos de aluguel, que abasteciam as residências daqueles que não dispunham de escravos para o serviço. Com relação aos dejetos e resíduos, estes eram retirados das casas pelos escravos e logo jogadas nas valas,

lagoas, praias, rios ou locais ermos¹⁹. Os escravos que faziam estes serviços eram conhecidos como “tigres”²⁰.

Segundo Telles²¹, o primeiro serviço público de abastecimento de água no Brasil, se deu na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se do aqueduto da Carioca/ Lapa, construído no ano de 1723. A água captada no que hoje é o Parque Nacional da Tijuca, próximo ao Corcovado, era conduzida por meio de canais ou *levadas* até o bairro de Santa Teresa e daí chegava ao Largo Carioca²², no centro da cidade, através do aqueduto conhecido nos dias de hoje, como “Arcos da Lapa”. Este é contemporâneo do Aqueduto das Águas Livres, construído no mesmo período na cidade de Lisboa, sendo, no entanto de menor tamanho. O modelo de captação e transporte de água, foi posteriormente seguido por outras cidades, embora em nenhuma outra tenha atingido tal magnitude.

No Largo da Carioca, havia uma grande fonte com bicas onde era possível recolher a água para os diferentes usos. Hoje apenas os Arcos da Lapa testemunham na paisagem urbana este importante sistema de abastecimento. O Chafariz da Carioca realizado em pedra de Lioz, com 16 bicas em bronze, foi demolido em 1829, dando lugar a outro de menor qualidade, posto que provisório²³.

Ainda ao longo do século XVIII, novos mananciais começam a ser explorados, sobretudo nos arrabaldes da cidade: Rio Comprido, Andaraí e Tijuca, Gávea e Botafogo. Para o aproveitamento destes mananciais foram construídos novos chafarizes em área urbana. Alguns destes, em que pese o estado de má conservação em que se encontram, ainda podem ser vistos na cidade, como o Chafariz da rua da Glória, o do Largo do Paço (depois da reforma do Mestre Valentim, ficou conhecido como Chafariz da Pirâmide), dos Jacarés ou Fonte dos Amores e a Fonte do Menino Nu, ambos no Passeio Público (este último, também obra de Mestre Valentim). É neste período que aparecem os primeiros serviços de abastecimento de água em carroças tipo “pipa”, que percorriam os novos bairros, mais distantes, oferecendo o precioso líquido.

Os problemas eram maiores quando se tratava dos esgotos. Nas palavras de Silva²⁴, “ao iniciar-se o século XIX, as condições sanitárias da cidade do Rio de Janeiro eram muito precárias, em decorrência da falta de um adequado sistema de esgotos e de drenagem pluvial”.

A transferência da Corte portuguesa para a cidade do Rio Janeiro foi marcada pela criação de inúmeras instituições que viriam a transformar não apenas a cidade, mas as mentalidades. A Biblioteca Real, a Academia de Belas Artes, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia, são alguns dos exemplos destas instituições. Em 1810 é criada a Academia Real Militar que se ocupa da formação militar e da institucionalização da engenharia no Brasil. O engenheiro torna-se um importante profissional para o desenvolvimento

12 Brito, 1943b, 11.

13 Damásio y Souza, 1988.

14 Neste caso, ver o projeto em Brito: “Saneamento de Campos”, 1943. “Os trabalhos de saneamento de Campos”, 1913. Costa, 2000.

15 Iyda, en Silva, 1998, 47.

16 Costa, en Idem.

17 Telles, 1984. Frias, 2010.

18 Tedeschi, 2011.

19 Rosso, Dias y Giordano, 2011, 48.

20 O conjunto escravo-barril era apelidado de *tigre*, em razão do aspecto dos carregadores. Transbordamentos iam deixando rastros no corpo do homem que, assim, ficava com listras sinuosas semelhantes a dos tigres.

21 Telles, 1984.

22 Antigo Largo de Santo de Santo Antônio passa a ser chamado de Largo da Carioca, depois que ali é instalado o Chafariz abastecido pelas águas do rio Carioca.

23 Santa Ritta, 2009, 32.

24 Silva, en Santa Ritta, 2009, 93.

da infraestrutura de abastecimento e esgoto nos centros urbanos brasileiros.

A cidade do Rio de Janeiro passa a sofrer as pressões por melhorias tanto no abastecimento de água quanto na necessidade de um ambiente mais salubre. Se produzem inúmeras intervenções em nome do saneamento urbano, como o esgotamento dos numerosos pântanos que se espalhavam pela área habitada, à par à construção de novos chafarizes nos arrabaldes —Laranjeiras, Cosme Velho— que começam a ser ocupados com chácaras.

Após a independência novas instituições de grande importância são fundadas na cidade, como a criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro em 1829, que passa a ser a Academia Imperial de Medicina em 1835. Esta instituição tem papel fundamental no estabelecimento de políticas sanitárias para a cidade, e para todo o jovem país.

Ao longo do século XIX a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro se fazia sentir de modo contundente. A preocupação com a proliferação de cortiços e com as péssimas condições sanitárias do espaço urbano marcam as políticas que dizem respeito à produção do espaço da cidade. Em 1825, foi criada a “Inspeção das Obras da Intendência Geral de Polícia”, mais conhecida como “Inspeção de Obras Públicas”, que tinha a seu cargo o abastecimento público de água. Foram construídos novos chafarizes, assim como novas caixas d’água aproveitando-se das inúmeras fontes que brotavam na Floresta da Tijuca, que se encontrava no coração da cidade. Outros rios são pouco a pouco incorporados ao abastecimento urbano: rio Comprido, rio Maracanã e rio Andaraí.

Posteriormente aparece o primeiro “Regulamento de Águas”, pela lei 44 de 12 de março de 1840, que determina que a concessão do serviço passava a ser cobrada, não podendo exceder a duas penas d’água²⁵, sendo o fornecimento suspenso no caso de estiagem.

Em 1840, com o “Regulamento de Águas”, teve lugar a primeira tentativa de se ordenar o serviço de esgoto, com a concessão do serviço por empresas privadas, proprietárias dos barris. Estes depois de recolhidos nas casas eram colocados em barcas e levados ao mar, longe do centro urbano²⁶. No entanto, o sistema não era eficiente. As questões de saúde pública estavam na pauta do dia, depois que o cólera assolou parte da população no ano de 1855, levando a uma urgência na solução dos problemas relativos ao esgotamento sanitário e ao abastecimento. Os serviços de saneamento para a cidade do Rio de Janeiro foram instalados por João Frederico Russel e Joaquim Francisco de Lima Junior, assinado pelo Imperador no dia 25 de abril de 1857²⁷. Posteriormente, em fevereiro de 1862, teve lugar a transferência do mencionado contrato para a empresa *The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited*, de capital inglês, que ficaria conhecida como *City*.

25 Pena d’água: medidor e controlador de fornecimento de água pública, cujo volume corresponde a 1.200 litros de água.

26 Rosso, Dias y Giordano, 2011, 48.

27 O projeto original foi elaborado pelo engenheiro Edward Gotto, membro do Instituto de Engenheiros Cívicos de Londres, que posteriormente teve como missão, organizar uma empresa de capital inglês, a *The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited*. Destacamos que Gotto é o mesmo engenheiro que elaborou o projeto para a *The Campos Syndicate Limited*, de que trata este artigo.

Iniciando suas atividades em junho de 1863, as áreas a serem esgotadas eram três, a saber: Glória, Gamboa e Arsenal, tendo sido as obras concluídas em 1864, 1865 e 1866, respectivamente²⁸. É da década de 1860 o trabalho de reflorestamento da Floresta da Tijuca, cuja pressão sobre sua cobertura vegetal havia sido intensa nos anos anteriores com a atividade cafeeira. O desmatamento havia comprometido os mananciais que abasteciam a cidade, fazia-se necessário sua pronta recuperação.

As mesmas preocupações com relação ao abastecimento e esgotos, a exemplo da capital, chegam a outros centros urbanos. Em várias cidades, como já mencionamos mais acima, se destaca a figura do engenheiro sanitário Saturnino de Brito.

O ABASTECIMENTO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

A cidade de Campos dos Goytacazes, situada ao norte do estado do Rio de Janeiro, se encontra no centro de uma extensa planície aluvionar, de origem holocênica, cujas partes mais externas estão formadas por uma restinga, que incluem os sistemas deltáico-estuarino na foz do rio Paraíba do Sul e, uma ampla rede de canais (naturais e antrópicos), que interligam os diferentes corpos de água entre si²⁹. Os inúmeros brejos, canais e lagoas conferem à paisagem um aspecto pantanoso, quase um mar interior. Para que se tenha uma ideia, a cidade que se encontra a 50 quilômetros do litoral está tão somente a 14 metros acima do nível do mar. Esta importante planície fluvial-marinha, considerada uma das mais importantes zonas úmidas do Brasil, possuía no século XIX, aproximadamente 160 lagoas. As intensas atividades agrícolas conduziram ao desenvolvimento de projetos de drenagem e dessecação dos terrenos, ao longo dos últimos dois séculos, reduzindo as lagoas a apenas vinte e duas. No espaço urbano, tanto por razões de salubridade, quanto econômicas, do ponto de vista da produção do espaço social urbano, o mesmo processo levou ao desaparecimento de inúmeras lagoas.

Certamente este confronto do homem com o seu meio em busca de um “ambiente mais saudável”, forjou o olhar de Saturnino Brito, que via a construção de canais e o dessecamento das lagoas, condições *sine qua non* para uma cidade salubre e moderna.

Até princípios do século XIX, Campos dos Goytacazes se apresentava como uma pequena vila, sem pavimento nas ruas e com poucos e deficientes serviços urbanos. A riqueza era dada pela propriedade da terra e de escravos, sendo a pecuária a atividade econômica mais importante. Na transição dos séculos XVIII para o XIX é que ocorre a substituição da pecuária pela atividade agro-açucareira, que tornaria Campos dos Goytacazes, o maior produtor de açúcar no Brasil e uma de suas mais importantes cidades. Até este momento, o padrão de assentamento regional, tinha uma base rural, com uma maior concentração de população no campo. Se caracterizava por suas casas rústicas, espalhadas pela planície, em geral próximas a algum corpo d’água, onde imperava a simplicidade e pouco rigor na separação dos espaços senhoriais e servis.

28 Santa Ritta, 2009, 93.

29 Diegues, 2002, 480-484.

O projeto modernizador brasileiro, embora pretendendo a integração do território e a construção de uma identidade nacional, não resolveu as contradições e nem apagou os contrastes entre as cidades do litoral —como Santos e Rio de Janeiro, de caráter portuário, por exemplo— prontas para receber a nova ordem capitalista e aquelas situadas no interior do país, ainda ligadas à tradição agrícola. Campos dos Goytacazes situava-se entre estas duas realidades: a adequação a esta nova ordem —representada pela cidade— e a manutenção dos antigos modos de vida —representados pelo campo—. É na relação entre estes dois mundos que se constituiu a realidade urbana da cidade. Sua indústria açucareira modernizou-se acompanhando as exigências do capitalismo.

O crescimento da economia na região impulsiona a transformação do espaço urbano que aspira ser um reflexo da Corte. A nova elite passa a se apropriar dos valores urbanos da modernidade: as famílias se mudam para a cidade, enquanto o campo se configura como o lugar da produção. Tem início os primeiros arruamentos e a preocupação por calçar as ruas; erguem-se os palacetes, residência desta classe social emergente. A pujança econômica atrai um comércio mais diversificado; cresce a demanda por melhores serviços públicos. A cidade ganha equipamentos modernos, infraestrutura e novos serviços. Criam-se bancos, companhias de seguro, companhias de navegação; constroem-se vias férreas e, em 1883, inaugura-se o serviço de iluminação elétrica.

É neste ambiente que se instala o primeiro serviço de distribuição de água potável e de esgotos, que poderíamos classificar de “Sistema Moderno de Água Potável”, que pode ser entendido como, “un conjunto de características que se producen para remediar los problemas de abastecimiento de agua de las ciudades durante la primera y segunda industrialización”³⁰. Segundo Matés Barco, a diferença entre este *sistema* e o anterior (“Sistema Clássico de Água Potável”) se situa nos “níveis de oferta, demanda, técnicos y organizativos”³¹; e estes vem

“definidos por un considerable aumento de la demanda, nuevas exigencias de calidad del servicio (potabilidad), nuevas prestaciones (servicios domiciliarios y a presión), redes de distribución y nuevas técnicas de captación y depuración”³².

A cidade de Campos dos Goytacazes sofria inúmeros problemas com a relativa abundância de água. O rio Paraíba do Sul e os inúmeros corpos de água que a ele se conectavam, serviam de fonte de abastecimento para a população, ao mesmo que recebiam os dejetos recolhidos em pipas pelos escravos nas residências. Já em 1839, manifesta-se na Câmara de Vereadores a preocupação por ordenar o despejo dos dejetos fecais, com o intuito de minimizar a contaminação da água tomada para beber e cozinhar³³.

O primeiro serviço para abastecimento de água potável foi proposto por Manuel Francisco Dias, em 1843, que com uma licença da Câmara passou a vender a água que era transportada em pipas pelas ruas da cidade³⁴. No ano seguinte, a Câmara con-

cede uma licença a Bento José de Araújo, para retirar água do rio fazendo uso de uma bomba, sendo a primeira delas instalada próxima à praça principal da cidade. Apesar de logo proliferarem as bombas ao longo da Beira-Rio, o serviço era precário e a qualidade da água duvidosa³⁵.

O primeiro contrato para abastecimento de água potável em Campos dos Goytacazes foi celebrado entre o governo da Província e o bacharel Alberto da Rocha Miranda, em 1882, em caráter de exclusividade, que deveria ainda instalar um sistema de esgoto, como nos mostra o Relatório do presidente de Província³⁶ do ano de 1882³⁷. O serviço deveria garantir a distribuição de água potável em chafarizes e bicas instalados de 400 em 400 metros. No contrato constava que estaria facultado aos “proprietários dos prédios compreendidos na zona marcada, a obtenção de concessões de penas d’água para os mesmos”³⁸. O prazo para início dos serviços começaria a contar a partir da organização legal da empresa, sendo que esta devia realizar-se até o dia 31 de dezembro de 1883. Nesta ocasião, deveria ser apresentado o projeto completo das obras a serem executadas, e estas deveriam ter início até seis meses depois de que os mesmos fossem aprovados³⁹. No entanto, os planos relativos aos serviços que este deveria executar foram aprovados somente em 18 de dezembro de 1884⁴⁰. O perímetro da zona onde seriam executados os serviços foi registrado, segundo o *Relatório da Secretaria de Obras Públicas* (1895), em uma planta anexa ao decreto do dia 18 de dezembro de 1884, e incluía um total de 2.800 edificações⁴¹.

No entanto, logo no início do ano seguinte (1885), o contrato celebrado entre Alberto R. Miranda e o Governo Provincial é transferido para a empresa inglesa *The Campos Syndicate Limited*. O decreto Nº 9.529 (12 de dezembro de 1885)⁴² concedia a autorização para que esta empresa pudesse atuar no Império do Brasil. Com uma pequena nota, se esclarece que a mencionada Companhia tem como fim “realizar os serviços de abastecimento de água potável e de esgotos na cidade de Campos, da província do Rio de Janeiro. Todos os actos que a empresa praticar no Império ficarão sujeitos às leis, regulamentos e autoridades territoriais”⁴³.

35 Idem.

36 O “Relatório” é produzido anualmente pelos Presidentes de Província, a título de uma prestação de contas de seu governo. Os Relatórios de Presidentes de Província são documentos importantes, de caráter oficial, que abordam diferentes temas: obras públicas, povos indígenas, colonização, igreja, polícia, saúde, abastecimento, indústria, etc. Os Relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro examinados e citados neste artigo e outros tantos documentos do governo brasileiro estão integralmente disponíveis na rede mundial a través do projeto “*The Latin American Microform Project (LAMP)*” desenvolvido pelo Center for Research Libraries em consonância com a Biblioteca Nacional (Brasil) onde se encontra depositado o acervo. O projeto de microfilmagem contou com o aporte financeiro da Fundación Andrew W. Mellon em 1994 (<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>).

37 “Relatório apresentado à Assembléa...”, 1882, 102.

38 Relatório da Secretaria das Obras Públicas, 1896, em Brito, 1943a, 211.

39 “Relatório apresentado à Assembléa...”, 1882, 102.

40 “Relatório apresentado à Assembléa...”, 1886, 55.

41 Relatório da Secretaria das Obras Públicas, em Brito, 1943a, 211.

42 “Coleção de Leis...”, 1885, 762. Ver legislação informatizada, disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9529-12-dezembro-1885-543992-publicacaooriginal-54789-pe.html>

43 “Actos ...”, *Revista de Engenharia*, 125-128, 1885, 287.

30 Matés Barco, 1999, 42.

31 Idem.

32 Idem.

33 Rodrigues, 1988, 143.

34 Idem.

Por meio deste decreto, a *The Campos Syndicate*, deveria levar “a efeito, todos os actos e cousas especificadas no contrato”⁴⁴, anteriormente celebrado entre Alberto R. Miranda e o Governo Provincial. A Companhia podia deste modo, obter do Governo as concessões necessárias para construir, conservar, reparar e operar no sistema, de acordo aos fins do contrato⁴⁵.

A análise da atuação da Companhia *The Campos Syndicate* se configura como um campo de disputa social importante que nos aproxima de um lado, das contradições entre o saber científico e o poder instituído (os interesses do grupo dirigente); e de outro, da oposição entre os interesses da população e os do capital estrangeiro.

A Companhia começa atuar no primeiro trimestre de 1886, sob as ordens de H. E. Holmes, gerente da empresa, e E. Benest, engenheiro chefe, que se fizeram acompanhar de “700 trabalhadores especializados”⁴⁶. Segundo o Relatório de Presidente da Província de 1886,

“as obras tiveram começo a 14 de Janeiro último e até 30 de Junho estavam assentes, para o serviço de esgotos 8.484 metros de encanamentos de barro de diâmetro variável entre 0^m,247 e 0^m,577, e tinham sido construídos 1.224 metros de galerias de quatro estações diversas; e para o serviço de abastecimento d’água já estavam assentes 9.397 metros de encanamento cujo diâmetro varia de 0^m,08 a 0^m,412”⁴⁷.

Apesar do aparente sucesso neste primeiro ano de atuação, a *Syndicate* enfrenta alguns problemas administrativos e de população. A falta de ordenamento urbano claro e bem definido deve ter sido a causa de, tão logo começados os trabalhos de assentar os canos, a Companhia solicitar à Câmara Municipal e à Administração da Província do Rio de Janeiro, que se empenhem na regularização dos números das vivendas na cidade⁴⁸. Esta aparente dedicação da empresa pelo ordenamento urbano não expressa apenas a desorganização do espaço urbano do ponto de vista da administração, mas principalmente a necessidade de se estabelecer a cobrança e a fiscalização. Ao que tudo indica esta preocupação estava à frente da prestação do serviço propriamente dito.

Recebida com entusiasmo para redimir a cidade dos problemas de abastecimento de água potável, a companhia logo teve de enfrentar o descontentamento popular, a causa de dois acidentes ocorridos durante a escavação das obras para instalação dos canos e, à demora na prestação efetiva do serviço⁴⁹. Destacamos um dos acidentes ocorridos: ao demolir uma galeria de esgotos, a mesma desmoronou sobre os trabalhadores, matando três deles e deixando outros quatro gravemente feridos. Um informe da polícia faz referência à desordem que se seguiu ao acidente, cujas mortes teriam causado revolta na população, que furiosa teria destruído e inutilizado parte do material utilizado pela companhia na

obra⁵⁰. No mesmo Relatório de 1886, a polícia considera que os revoltosos não passavam de *desordeiros* que se entregavam aos excessos e informa que ao fim pode estabelecer a ordem⁵¹.

É possível que, ainda que não esteja evidenciado no Relatório que acabamos de mencionar, os protestos tivessem ocorrido em razão das condições de trabalho, que deveriam ser precárias, podendo inclusive ser esta a causa do desmoronamento. Na relação dos Atos Oficiais da Administração da Província, publicada na Revista de Engenharia, verifica-se que se recomenda ao chefe de polícia que fosse enviado a esta Administração “todos os documentos ou informações relativos aos actos arbitrários e abusos praticados pela Companhia Campos Syndicate Limited”⁵². Este incidente nos permite entrever a forma de atuação da Companhia na defesa de seus próprios interesses.

As indisposições com a *The Campos Syndicate*, vão se acentuando em razão dos atrasos nas obras e no abastecimento. No Relatório do ano de 1887⁵³, podemos ler que no dia 11 de abril, havia sido inaugurado, o sistema de saneamento de águas residuais e a rede de abastecimento de água. No entanto, este mesmo documento adverte para o fato da rede não estar “inteiramente concluída”, sendo pequeno o número de casas que já fariam uso da água derivada dos canos. Relata ainda que “até o dia 30 do citado abril ficaram 2.149 prédios em estado de se utilizarem do serviço de esgotos de materias feacas, águas servidas y pluviales”, tendo sido iniciado também a instalação de fontes e chafarizes nos locais indicados pela municipalidade⁵⁴.

Segundo o engenheiro sanitário Saturnino de Brito e o médico Severino Lessa, a abalada inauguração do serviço de esgotos apresentava um grave problema: “não ter água”⁵⁵. Para Brito, a desculpa da Companhia de que o Governo havia pago somente a contribuição do serviço de esgoto era falsa; o problema era conceitual, pois na prática, para a *The Campos Syndicate* não existia conexão direta entre os serviços de esgoto e de abastecimento de água, sendo o primeiro dependente do segundo. Em suas palavras,

“É por pelo avesso a higitécnia dos esgotos e alijar o critério profissional. Acrescenta que, pela comparação das notas oficiais sobre o movimento dos prédios servidos de água e de esgotos, geralmente se observa maioria nestes, o que confirma o nulo escrúpulo sistemático da Companhia em os estabelecer sem água”⁵⁶.

Há ainda para este engenheiro, o problema relativo ao número de vivendas atendidas. Ponto de outra polêmica, principalmente considerando-se o elevado valor dos custos dos serviços ofertados pela Companhia. Para Brito, os apenas 2.800 prédios atendidos, são insuficientes para uma cidade que teria então, entre 4.000 e 5.000 prédios, incluindo o distrito de Guarús⁵⁷.

Ainda longe de reduzir os conflitos com o poder público e com a população, a tentativa da *The Campos Syndicate* em obter uma permissão para instalar um coletor de águas pluviais ao Ca-

44 “Coleção de Leis...”, 1885, 762.

45 Ver texto integral do decreto 9.529 de 1885: disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=55997&norma=71848> (Consultado em 7 de janeiro de 2013).

46 Rodrigues, 1988, 144.

47 “Relatório apresentado à Assembléa...”, 1886, 55.

48 “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 141, 1886, 152.

49 Rodrigues, 1988, 144.

50 “Relatório apresentado à Assembléa...”, 1886, 1-6.

51 Idem.

52 “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 150, 1886, 264.

53 “Relatório apresentado à Assembléa...”, 1887, 60.

54 Idem.

55 Brito, 1943a, 248. Lessa, 1909, 57.

56 Brito, 1943a, 212.

57 Ibidem, 252.

nal Campos-Macaé, não foi bem acolhida, sobretudo e segundo o documento em questão, pelos próprios argumentos apresentados pela Companhia na petição⁵⁸. É Brito que esclarece este tema: o primitivo contrato com a *The Campos Syndicate*, a obrigava a construir uma rede de coleta de águas pluviais, ficando a mesma livre deste compromisso com a renovação do contrato, devendo então construir apenas uma galeria para recorrer as águas que vertem para a lagoa de Santa Efigênia e leva-las até o Canal⁵⁹.

Outro conflito relacionado à implantação do sistema de esgotos, está relacionado à tentativa da *The Campos Syndicate* instalá-lo por grupos de vivendas e não individualmente, conforme estava definido no projeto. Em 1887, João de Alvarenga, Custódio Gomes Barroso, Eugenio (ou Ezequiel) Pinto de Sampaio e outros proprietários, não nomeados no documento, requerem a Administração da Província do Rio de Janeiro, providências contra abusos cometidos pela *Syndicate*, que instalou o sistema de esgotos reunindo os canos de diversas casas, contrariamente ao estabelecido no projeto que individualizava por casas o sistema de esgoto. Estes requerimentos são deferidos pela Administração e os recursos impetrados pela empresa são recusados⁶⁰.

Os problemas parecem não reduzir-se apenas aos proprietários descontentes com o agrupamento indevido dos esgotos por grupos de residência. A Câmara Municipal de Campos parece haver reclamado para a Diretoria de Obras Públicas da Província, sobre a atuação da *The Campos Syndicate*, pois esta não observaria “varias condições de seu contrato de 12 de Abril de 1882 e regulamento de 26 de Julho do anno passado”⁶¹. É possível que o despacho da Câmara seja resultado da pressão dos moradores da cidade, descontentes com os procedimentos inadequados da Companhia na instalação do sistema de esgoto.

Os trabalhos da dita companhia prosseguiram com regular lentidão considerando-se os prazos iniciais de sua execução. Conforme constatamos no Relatório da Presidência do ano seguinte⁶², que ademais informa já se ter alcançado o número de 2.551 residências com esgotos, 240 residências com serviço de água potável e 30 fontes e chafarizes distribuídas em vários pontos da cidade⁶³. Neste mesmo documento, se menciona a constituição de um juízo arbitral constituído por um engenheiro designado pela *Campos Syndicate* e outro pela Administração da Província, sendo este último o senhor Leopoldo da Rocha Barros⁶⁴, que deveriam decidir uma sentença para o caso da rede por grupos de residências. Aparentemente sem consenso, tiveram de nomear a um terceiro árbitro *desempassador*, o senhor Ernesto Gomes Moreira Maia⁶⁵ que mais tarde reclama o pagamento no valor de 600\$ por seus honorários⁶⁶.

O árbitro nomeado entendeu que a interpretação que o governo havia dado às cláusulas do contrato celebrado em 1885 e ao plano de obra eram corretos, decidindo assim a favor da Provín-

cia⁶⁷: cada casa ou edifício deveria ter um sistema individual para evacuar o esgoto, diretamente aos coletores instalados nas ruas. No entanto, o mesmo documento adverte que, até aquele momento, o governo não havia exigido à Companhia que cumprisse o veredicto, por entender que o trabalho deveria ser levado a cabo “com previdente cuidado e em circunstancias e tempo especiaes para não prejudicar as condições sanitárias da cidade”⁶⁸.

Apesar da decisão, a questão não parece haver sido completamente resolvida, pois em 1889, a *The Campos Syndicate*, pede que “anulado o arbitramento havido na questão dos esgotos das habitações por grupos de prédios, se abra, na instancia graciossa, nova discussão a respeito”⁶⁹. No Relatório relativo ao ano de 1889, consta que em um requerimento datado do dia 8 de maio “último”, a Companhia teria pedido a anulação da sentença, ao que o presidente, por despacho do dia 17 de junho, recusa, considerando contraproducentes as alegações da empresa, tanto do ponto de vista técnico, como jurídico⁷⁰. E neste mesmo documento, se solicita que informe à Câmara Municipal de Campos seu ato, para que se exija da empresa que se proceda à reparação do problemas, informando ainda qual a época mais conveniente para a realização das obras necessárias e recomendando que as reparações sejam feitas sem risco ou incômodos para a população⁷¹. Documentos similares foram expedidos ao Inspetor de Higiene e à Diretoria de Obras Públicas⁷².

Quanto à resistência da Companhia em corrigir a instalação da rede de esgoto, Saturnino de Brito explicita a dificuldade de se fazer cumprir a sentença;

“esquecida de um enérgico protesto da população, à frente do qual se achou o criterioso Snr. Dr. Gesteira Passos —atualmente faz crer que ‘formou os grupos’ porque assim queriam os negociantes... Mas tarde, como sempre, a Companhia encontrou meios de não pagar a multa, de não ser obrigada a separar os ramais, etc”⁷³.

Embora a *The Campos Syndicate* tenha ao longo destes cinco anos, conseguido se indispor com uma parte significativa da população, com a Câmara Municipal e com um dos mais proeminentes engenheiros do país, no dia 25 de junho de 1890, seu contrato foi renovado pelo, agora Governo do Estado⁷⁴, dando continuidade à instalação da rede de abastecimento e esgoto da cidade. Segundo Rodrigues, teria a Câmara Municipal se pronunciado neste sentido, ponderando junto ao Governo os problemas enfrentados, fato que, parece ser, ficou ignorado⁷⁵.

Eminentes personalidades e moradores cidade, também manifestaram seu descontento com a atuação da Companhia, opondo-se à renovação do contrato. Uma pequena nota, publicada na Revista de Engenharia, nos permite entrever suas ações:

67 “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 173, 1887, 253.

68 “Relatório apresentado à Assembléa...”, 1888, 60.

69 “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 202, 1889, 16-17.

70 “Relatório apresentado à Assembléa...”, 1889. Biblioteca Nacional 823.

71 Idem.

72 “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 214, 1889, 161.

73 Brito, 1943a, 250.

74 A Proclamação da República ocorreu em 15 de novembro de 1889, sendo nesta ocasião, a responsabilidade do contrato transferida para o Governo do Estado.

75 Brito, 1943a, 144.

58 “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 161, 1887, 102.

59 Brito, 1943a, 254.

60 “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 161, 1887, 102.

61 “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 166, 1887, 161.

62 “Relatório apresentado à Assembléa...”, 1888, 60.

63 Idem.

64 “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 165, 1887, 151.

65 “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 173, 1887, 253.

66 “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 176, 1887, 291. “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 178, 1888, 20.

“Água para a cidade de Campos —a comissão nomeada no *meeting* realizado em Campos foi a 17 do corrente á residência do Sr. Chefe do governo provisório pedir a revogação do contrato de água obrigatória, celebrado pelo governador do Rio de Janeiro com C. Campos Syndicate Limited.

O Sr. General Deodoro, depois de ouvir a exposição, prometeu estudar o assumpto, para resolver com justiça”.⁷⁶

Saturnino de Brito escreve a respeito deste *meeting*:

“Lastimamos que ao Governo de Estado suba ilustre campista, o Exmo. Snr. senador Dr. Nilo Peçanha, sem que lhe seja possível resolver o problema básico do saneamento da sua terra natal: as dificuldades estaduais a julgar são de tal monta, interessando os brios do Estado, que não é lícito distraí-lo das gravíssimas preocupações de ordem geral para o contrariar, fazendo aos seus sentimentos de campista um apelo a que não poderia atender.

Entretanto, se ‘*time is money*’ para o inglês, é neste caso ‘*health*’ para os campistas”⁷⁷.

Brito se manifesta com virulência contra a Companhia. Suas críticas não se limitam à renovação do contrato; o engenheiro questiona os valores cobrados pela empresa e as facilidades que lhe davam o Governo. O engenheiro manifesta sua indignação e conclama que se abandone “de vez o contrato da *Campos Syndicate* e das suas novações, ambos feitos pelo capricho ou pela bonomia dos governos de 1890 e 1891, sem o apoio hígietécnico”⁷⁸.

Desde o ano anterior se acirravam estes conflitos numa intensa polêmica entre dois jornais locais, o *Monitor Campista* e o *Diário do Comercio*. No primeiro, publicava o renomado engenheiro Saturnino Brito, e outras importantes personalidades da cidade, como o médico Benedito Pereira Nunes, também prefeito e veemente crítico, a exemplo de Brito, da *The Campos Syndicate*. No segundo publicavam os defensores da referida Companhia.

O número de críticas e de críticos à Companhia vão se ampliando. O médico Severino Lessa defendeu em sua tese⁷⁹, *A água potável e o saneamento de Campos*, que o serviços de abastecimento e saneamento de Campos foram,

“instalados à *la diable* por um pessoal incompetente, mal aceitos pelo povo, começaram afinal a funcionar água e esgoto; (...) logo aos primeiros dias protestos surgiram de toda parte e até hoje tem ecoado na imprensa, nas praças publicas e nos parlamentos, o reclamo unívoco de uma população pessimamente servida”⁸⁰.

É fato que *The Campos Syndicate* veio ao longo dos anos enfrentado inúmeras dificuldades também com o Governo Provincial, em que pese a aparente benevolência deste para com as suas irregularidades no cumprimento do plano. A empresa reclama à administração da Província do Rio de Janeiro, por meio de vários requerimentos o pagamento pelos seus serviços⁸¹. O Governo atrasa sistematicamente o pagamento e a Companhia não

pagava aos operários que faziam greve, o que atrasava as obras e irritava a população⁸².

Quanto às críticas técnicas feitas à Companhia promovidas, sobretudo pela figura de Brito, não se limitavam ao problema dos esgotos, mas também ao abastecimento de água e em particular, à sua captação, ao alto valor das taxas cobradas e ao fato do serviço ser privatizado, como hoje ainda o é. O conjunto de suas críticas serve principalmente para fundamentar sua defesa sobre a importância destes serviços ficarem a cargo dos municípios e não subservientes ao capital estrangeiro⁸³. Para Brito, os interesses relativos à saúde pública eram contrários à gestão privada destes serviços. Suas críticas possuem argumentos sólidos, pautados no conhecimento científico (principalmente da medicina e da engenharia) e na igualdade social com base na saúde pública.

O sistema de abastecimento e distribuição de água, somente foi finalmente inaugurado em 1892, mantendo a *The Campos Syndicate* o monopólio no abastecimento de água na cidade até 1913 quando passa a chamar-se Comissão de Saneamento de Campos.

Embora Saturnino de Brito tenha realizado um cuidadoso projeto para a cidade⁸⁴ este não foi plenamente realizado. Campos dos Goytacazes ainda hoje apresenta inúmeros problemas com o abastecimento de água potável e a rede de esgotos. Tomando por base o último censo do IBGE⁸⁵, de 2010, o Instituto Trata Brasil estabelece um *ranking* nacional sobre abastecimento de água e serviço de esgotos, verificamos que Campos dos Goytacazes aparece em 66º lugar, dentre as 100 mais importantes cidades do país⁸⁶. O Instituto considera como nota máxima 2,5 para o atendimento total de esgoto, recebendo o município a nota 1,03. Este dado é alarmante quando levamos em conta que o município de Campos dos Goytacazes recebeu, a título de *royalties*, no ano de 2011, segundo dados da própria prefeitura⁸⁷, R\$ 1,2 milhões de reais. Considerando-se o contingente populacional de 463.000 habitantes, a renda *per capita* chega a R\$ 2.600 por ano (US\$ 1.277), se levamos em conta apenas os recursos provenientes dos *royalties*, isto é, a 22ª maior renda *per capita* no país.

Do sistema implantado entre o final do século XIX e o início do século XX, ainda se destacam na paisagem urbana alguns elementos como as elevatórias de água e esgoto e as caixas d’água. Estes marcos arquitetônicos nos permite entrever a delimitação do perímetro urbano atendido inicialmente pelas instalações da rede de abastecimento e esgoto. Constituem-se de quatro eleva-

⁸² Rodrigues, 1988, 144.

⁸³ Brito, 1943a, 215.

⁸⁴ O projeto de saneamento de Campos dos Goytacazes é constituído de três partes: na primeira Brito trata detalhadamente do levantamento topográfico, comentando as plantas anteriores, destacando nelas seus problemas e indefinições. Na segunda parte, examina as condições ambientais do município e da cidade, realizando um importante diagnóstico dos rios, lagoas e pântanos, assim como das condições climáticas. A terceira parte está dedicada aos problemas das moradias, defendendo que a integridade higiênica e moral estão relacionadas, com explicações de como se devem construir as casas, segundo as regras de higiene, ilustrando com plantas e desenhos os modelos de casas propostos (Brito, 1943a).

⁸⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, responsável pelos censos nacionais.

⁸⁶ <http://www.tratabrasil.org.br> (Consulta realizada em 24 de dezembro de 2012).

⁸⁷ <http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2012/11/mudar-regra-dos-royalties-pode-parar-projetos-em-campos-rj-diz-prefeita.html> (Consulta realizada em 17 de dezembro de 2012).

⁷⁶ “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 246, 1890, 290.

⁷⁷ Brito, 1943a, 253.

⁷⁸ *Ibidem*, 225.

⁷⁹ Lessa, 1909.

⁸⁰ *Ibidem*, 57.

⁸¹ “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 179, 1888, 32. “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 184, 1888, 91. “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 198, 1888, 259. “Actos...”, *Revista de Engenharia*, 214, 1889, 161.

tórias de água⁸⁸ e uma caixa d'água⁸⁹, ainda em uso, que no dia 12 de abril de 2012, foi tombado pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal-COPPAM⁹⁰. O tombamento que visa sua preservação é um mecanismo tutelar do estado, que não tem ingerência na propriedade do bem. As elevatórias hoje pertencem as "Águas do Paraíba", empresa privada que detém a concessão dos serviços de abastecimento e esgoto na cidade na atualidade.

Mais que o tombamento propriamente dito, estes marcos arquitetônicos do processo de implantação do sistema de abastecimento de água e saneamento, na cidade deveriam ser entendidos como um patrimônio histórico de todos. Os vestígios do passado vêm servindo de âncora para que possamos recriá-lo dia após dia. Os documentos textuais são preservados em Arquivos, os mais variados objetos são expostos em Museus, que podem ser históricos ou temáticos. Mas, aquilo que mais facialmente é reconhecido como patrimônio histórico, está exposto nas ruas e praças da cidade: são as obras arquitetônicas, no nosso caso específico, as elevatórias e caixas d'água, ainda presentes na paisagem urbana.

No âmbito da cultura a busca pelo passado tem sido apontada reiteradamente como uma característica marcante das sociedades industrializadas onde se observa um acelerado processo de urbanização, associado a um intenso movimento de migração do campo para a cidade. Este movimento comporta a perda de valores referenciais de solidariedade e de pertencimento, daí a importância em valorizar os sítios históricos de uma cidade.

O patrimônio histórico-cultural apresenta-se como um setor de alta rentabilidade, gerando atividades, serviços e ocupações a ele relacionadas que geram riquezas. Concomitantemente é uma das formas mais simples e eficientes na manutenção do patrimônio cultural. Este dado é muito importante tomando-se em conta os diferentes âmbitos culturais. No entanto, consideraremos aqui, exclusivamente o patrimônio histórico arquitetônico, que permanece visível aos nossos olhos, bastando para isso caminhar-mos nas ruas de nossa cidade.

O que observamos é que apesar do tombamento municipal, nenhuma placa foi colocada nas adjacências que faça referência ao bem tombado, que explicita seu significado e importância. Ou seja, não há nenhuma ação planejada que permita ao cidadão comum conhecer o seu patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instauração de um projeto modernizador, implementado pelo Estado republicano, que incide, sobretudo nos espaços urbanos em que se pretende dotá-los de um novo aspecto, eliminando os traços coloniais de suas construções, é uma oportunidade para as inúmeras empresas inglesas que, por incentivo do Imperador Pedro II, começam a atuar no país. Nas cidades mais importantes, a exemplo das cidades européias, os sistemas de abastecimento e

esgotos são entregues às empresas de capital inglês como prestadoras dos serviços. O crescimento urbano somado ao pouco interesse das empresas inglesas em manter e modernizar os sistemas e redes de esgoto e abastecimento⁹¹ instalados levou, no entanto, ao fracasso de sua atuação em várias cidades.

O artigo permite concluir, que durante o processo de instalação dos serviços privados de abastecimento de água e de drenagem de esgotos, a cidade de Campos dos Goytacazes, se tornou um palco de conflitos de interesses entre o saber científico, o Estado, o capital estrangeiro e a população. Neste contexto, Saturnino de Brito se destaca como um importante crítico da concessão dos serviços às empresas privadas, defendendo, com base nos conceitos higienistas, consolidados pela medicina e pela engenharia, que o Estado assumia este papel.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS IMPRESSAS (DISPONÍVEIS NA INTERNET)

Coleção de Leis do Império do Brasil. 1885, vol. I, 762. Publicação Original. <http://www2.camara.leg.br/atividade-egislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html> (Consulta realizada em 4 de novembro de 2012).

Relatórios de Presidente de Província do Rio de Janeiro <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project> (Consulta realizada em 2 de setembro de 2012).

Peixoto, Bernardo Avelino Gavião (presidente): "Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima quarta legislatura", em 8 de agosto de 1882, Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1882. Biblioteca Nacional 814.

Leão, Antônio da Rocha Fernandes (presidente): "Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima sexta legislatura", em 8 de agosto de 1886, Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1886. Biblioteca Nacional 820.

Leão, Antônio da Rocha Fernandes (presidente): "Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigésima sexta legislatura", em 12 de setembro de 1887, Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1887. Biblioteca Nacional 821.

Araújo, José Bento de (presidente): "Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima sétima legislatura", em 8 de agosto de 1888, Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1888. Biblioteca Nacional 822.

Figueiredo, Carlos Affonso de Assis (presidente): "Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigésima sétima legislatura", em 15 de outubro de 1889, Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1889. Biblioteca Nacional 823.

⁸⁸ Elevatória A: rua Conselheiro Tomás Coelho, esquina com rua Conselheiro José Fernandes; Elevatória B: rua Conselheiro José Fernandes, esquina com rua Tenente Coronel Cardoso; Elevatória C: Rua Conselheiro Otaviano, esquina com avenida José Alves de Azevedo (sobre o Canal Campos-Macaé); Elevatória D: praça Cel. Paula Barroso - Rua Goitacazes, esquina com rua Ipiranga e avenida 28 de março.

⁸⁹ Localizada no Jardim São Benedito.

⁹⁰ D. O. do Município de Campos dos Goytacazes, 16 de abril de 2012.

⁹¹ A este respeito podemos destacar fatores ambientais que diferenciam as realidades brasileira e européia, sobretudo relacionadas às questões (clima tropical x clima temperado), a qualidade do solo e da água, e as configurações urbanas, que no Brasil apresentam terrenos urbanos maiores no período de que se trata este trabalho.

REVISTA DE ENGENHARIA

(<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 125-128, 1885, 287.
- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 141, 1886, 152.
- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 150, 1886, 264.
- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 161, 1887, 102.
- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 165, 1887, 151.
- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 166, 1887, 161.
- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 173, 1887, 253.
- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 176, 1887, 291.
- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 178, 1888, 20.
- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 179, 1888, 32.
- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 184, 1888, 91.
- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 198, 1888, 259.
- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 202, 1889, 16-17.
- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 214, 1889, 161.
- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 218, 1889, 16-17.
- "Actos Oficiales. Actos da Administração da Província do Rio de Janeiro", *Revista de Engenharia*, 246, 1890, 290.
- Chalhoub, S. 1996: *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Costa, A. M. 2000: "A saúde como determinante das ações de saneamento: a intervenção sanitária de Saturnino de Brito em Recife", in *Anais do XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental*. Abes, v. 1, João Pessoa, Porto Alegre, Rio de Janeiro.
- Damásio, C. y Souza, C. 1988: "Os primórdios do urbanismo moderno", in Padilha, N. (coord.): *Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas*. Salvador, UFBA.
- Diegues, Antônio Carlos (org.). 2002: *Povos e Águas. Inventário de Áreas Úmidas Brasileiras*. São Paulo, NUPAUB/USP.
- Faria, T. de J. P. 2005: "O papel de médicos e engenheiros na modernização da área central da cidade de Campos dos Goytacazes, no início do século XX", in *Anais do XXIII ENANPUH*, Londrina.
- Frias, R. C. 2010: "A expansão do sistema de abastecimento d'água da cidade do Rio de Janeiro (1723-1846)", in *Anais do 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia. Agendas para a História da Cartografia Iberoamericana*. São Paulo. <http://3siahc.files.wordpress.com/2010/05/artigo-3-siahc-1.pdf> (Consulta realizada em 1 de março de 2013).
- Harvey, D. 2005: *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume.
- Herschmann, M. P. y Pereira, C. A. M. 1994: *A invenção do Brasil Moderno. Medicina, engenharia e educação nos anos 20/30*. Rio de Janeiro, Rocco.
- Lessa, Severino. 1909: "A água potável e o saneamento de Campos", These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 15 de abril de 1909 e defendida em 20 de abril de 1909, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Typographia da *Revista dos Tribunaes*.
- Matés Barco, J. M. 1999: *La conquista del agua*. Jaén, Universidad de Jaén.
- Rodrigues, H. S. 1988: *Na Tabo dos Goytacazes*. Niterói, Imprensa Oficial.
- Rosso, T. C. de A., Dias, A. P. y Giordano, G. 2011: "Vulnerabilidade dos sistemas de esgotamento sanitário na cidade do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Relato de um estudo de caso", *Revista Recursos Hídricos*, 32, 2, Lisboa, 45-52.
- Sant'ana, D. B. De. 2007: *Cidade das Águas. Usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo, Senac São Paulo.
- Santa Ritta, J. 2009: *A água do Rio. Do Carioca ao Guandu: A História do abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Synergia/Ligth/Centro Cultural da SEAERJ.
- Silva, Elmo Rodrigues. 1998: "O curso da água na História: simbologia, moralidade e a gestão dos recursos hídricos", Dissertação de mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ, Rio de Janeiro.
- Tedeschi, D. M. R. 2011: "Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)", Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas. <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=000785218> (Consulta realizada em 28 de fevereiro de 2013).
- Telles, P. C. S. 1984: *História da Engenharia no Brasil (Séculos XIV à XIX)*, vol. 1. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, C. R. M. 1994: "Projetos e Estudos Urbanísticos do Eng. Saturnino de Brito para algumas cidades fluminenses na virada do século. A Emergência de um novo saber sobre a cidade", *Anais do 3º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. USP/São Carlos.
- Brito, F. S. R. 1943a: *Projetos e Relatórios. O Saneamento de Campos*. In *Obras Completas de Saturnino de Brito*, VI. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Brito, F. S. R. 1943b: *Projetos e Relatórios. O Saneamento de Santos*. In *Obras Completas de Saturnino de Brito*, VII. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Cavalcante, B. O. 1985: "Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX", *Revista Rio de Janeiro*, 1. Niterói, 95-103.

